



## APRENDIZAGEM RELACIONAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO EM MEDICINA GERAL E FAMILIAR RELATIONAL LEARNING: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES IN GENERAL PRACTICE TRAINING

Caro Editor,

Foi com muito interesse e curiosidade que li o artigo *Aprendizagem relacional: oportunidades e desafios na formação em medicina geral e familiar*. Este artigo faz referência a uma temática sobre a qual já me tinha indagado, dado que as sessões de aprendizagem relacional foram criadas e implementadas no novo programa de medicina geral e familiar (MGF) em 2019, o qual integrei. É interessante ver que na zona Norte, apesar do novo programa formativo, estas sessões não foram implementadas e, simultaneamente, no resto do país onde estas ocorrem as discrepâncias são evidentes. Este estudo realizado pelas colegas revela-se útil particularmente para as coordenações do Internato Médico de MGF, uma vez que ao implementarem as sessões de aprendizagem relacional (SAR) tiveram acesso a informação e *feedback* relacionado com a temática. Os resultados apresentados pelas colegas são de extrema utilidade, uma vez que proporcionam a possibilidade de se perceber o panorama a nível nacional no que diz respeito tanto aos aspetos positivos como aos menos positivos. Ter a possibilidade de compilar os pontos fortes e fracos destas sessões dá-nos a hipótese de melhorar a longo prazo.

Contudo, gostaria de partilhar o meu ponto de vista. Estas sessões sempre nos foram apresentadas como de carácter obrigatório e, por isso, acho curioso que em determinados locais do país estas não aconteçam. Outro ponto que eu gostaria de partilhar é o de que ao longo do meu percurso formativo a coordenação não procurou averiguar como se estava a desenrolar o novo modelo implementado e foi necessário este grupo de colegas internos dedicar-se à temática. Acho que estas sessões têm potencial, mas desde o início que partilho da opinião de que estas deviam ser de carácter mensal e não de carácter semanal, considerando os diversos fatores que influenciam a sua aplicabilidade. No caso do meu Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) o maior entrave é a dispersão geográfica, o que consequente-

mente aumenta os gastos inerentes à realização das SAR e também acabamos por desperdiçar tempo em deslocações. O formato *online* revelou-se uma excelente opção, mas que foi desaconselhado após o período pandémico. As respostas fornecidas pelos colegas no inquérito aplicado e a pouca adesão ao mesmo – 86 de 416 internos – também dificulta uma conclusão mais abrangente. Considero necessário que se tente incluir o *feedback* de mais internos, a fim de termos a real perceção destas sessões bem como a uniformização das mesmas ao longo do país, porque esse é o objetivo do colégio da especialidade de MGF.

Teresa Rita Pereira Raposo<sup>1</sup>

1. Médica Interna de Medicina Geral e Familiar. USF Andreas, ACeS Oeste Sul. Mafra, Portugal.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Teresa Rita Pereira Raposo

E-mail: [teresa.pereira.raposo@gmail.com](mailto:teresa.pereira.raposo@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-5596-039X>

Recebido em 21-12-2022

Aceite para publicação em 14-02-2023

### RESPOSTA DOS AUTORES

Caro Editor, Cara Colega,

Mais uma vez agradecemos o interesse demonstrado no artigo *Aprendizagem relacional: oportunidades e desafios na formação em medicina geral e familiar*, publicado na edição de setembro/outubro de 2022 da RPMGF.

Relativamente à discrepância no grau de implementação destas sessões, verificado nas diferentes regiões do país e destacado no comentário da colega, será importante sublinhar que o questionário foi aplicado entre novembro e dezembro de 2020, um ano e meio após a publicação do atual programa formativo<sup>1</sup> e em pleno período de pandemia COVID-19.

Assim, e sendo esta uma prática inovadora no internato médico, era expectável alguma heterogeneidade



no grau de implementação inicial da aprendizagem relacional, sobretudo porque o programa formativo, publicado em 2019,<sup>1</sup> referia-se apenas a “...um período de 8 horas, que é reservado para a aprendizagem relacional e para a tutoria e mentoria, cuja programação é feita em conjunto pelo interno e pelo orientador de formação, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos do estágio”. Atendendo a esta orientação, as coordenações de internato (CIMMGF) teriam a possibilidade de integrar a aprendizagem relacional de forma adaptada à realidade de cada região.

No entanto, e sendo desejável a sua “harmonização e desenvolvimento equilibrado em todas as regiões do país”<sup>2</sup> sugerimos, em conclusão do trabalho apresentado, o envolvimento do Colégio da Especialidade enquanto órgão nacional cujo objetivo é “a valorização e desenvolvimento do conhecimento e exercício da Medicina de forma a atingir os padrões mais elevados (...)”;<sup>3</sup> também a coordenação entre as diferentes CIMMGF, de forma a que os documentos orientadores emanados possam garantir uniformidade de objetivos alcançados; e o empenho das respetivas direções de internato na implementação e adaptação local destas sessões.

Acreditamos que atualmente a concretização da aprendizagem relacional seja mais abrangente. Sabemos que em Lisboa e Vale do Tejo todos os ACeS têm atualmente esta prática implementada. No entanto, e indo ao encontro do que é sugerido pela colega, será pertinente reavaliar a sua implementação e utilidade de forma periódica e mais ampla, de forma a que as conclusões sejam representativas e permitam as adaptações necessárias para que esta prática seja proficiente e tão uniforme quanto possível.

*Pel’Os autores*  
Rita Medeiros<sup>1</sup>

1. USF Marginal, ACeS Cascais. Estoril, Portugal.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Portaria n.º 125/2019, de 30 de abril. Diário da República. I Série;(83).
2. Medeiros RP, Nascimento AF, Delgado AI, Melícia A, Serrinha A, Moita CF, et al. Aprendizagem relacional: oportunidades e desafios na formação em medicina geral e familiar [Relational learning: opportunities and challenges in general practice training]. Rev Port Med Geral Fam. 2022;38(5):436-48. Portuguese
3. Regulamento n.º 628/2016, de 6 de julho. Diário da República. II Série;(128).